



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MATRIZ PEDAGÓGICA - 20 HORAS

NOME DO CURSO: Benefícios Eventuais: garantia de proteção à população em situações de riscos e vulnerabilidade social.

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
1	Introdução – Benefícios eventuais.	5h	Refletir sobre a gênese da LOAS e contexto dos benefícios eventuais na lei 8749/93 e suas alterações.	Contexto histórico e marco legal dos benefícios eventuais na política de assistência social.	Exposição do texto, imagens, indicação de textos, livros e filmes.
2	Processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde e interface com o contexto sanitário.	5h	Refletir sobre as competências da política de assistência social referente às solicitações de benefícios emergências.	RESOLUÇÃO Nº 39, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010 Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde Orientações técnicas sobre os benefícios eventuais no SUAS.	Exposição do texto, imagens, indicação de textos, livros e filmes.
3	Orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	5h	Compreender aspectos sobre regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais em situações de calamidade – COVID.	PORTARIA Nº 58, DE 15 DE ABRIL DE 2020 Aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Exposição do texto, imagens, indicação de textos, livros e filmes.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
4	Benefícios eventuais – período eleitoral e doações	5h	Entender as limitações e impedimentos dos benefícios eventuais em período eleitoral. Compreender a diferença entre Direito X Doação.	Lei das eleições – 9504/1997. Portaria 146 de 9 de novembro de 2020	Exposição do texto, imagens, indicação de textos, livros e filmes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Portaria SNAS nº 58 de 15 de abril de 2020.

Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/04/2020&jornal=515&pagina=32&totalArquivos=95>

Portaria Ministério da Cidadania nº 337 de 24 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20337-20-mcidadania.htm

Portaria SNAS nº 100 de 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-100-de-14-de-julho-de-2020-267031342>

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm

Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31993957/publicacao/31994188>

Portaria SNAS nº 369 de 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-369-de-29-de-abril-de-2020-254678622>

Portaria Conjunta nº 1/2020 da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências e da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, de 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-abril-de-2020-251067584>

Portaria nº 146, de 9 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-146-de-9-de-novembro-de-2020-287241285>

Portaria SNAS nº 398, de 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-398-de-5-de-junho-de-2020-260556209>

Portaria SNAS nº 378 de 7 de maio de 2020 <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=113&data=08/05/2020>

Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm